

Capítulo 44

Jovens em incerteza

Percursos profissionais e perfis de escolarização

Ana Cristina Palos

Universidade dos Açores – CICS.NOVA (ana.cp.palos@uac.pt)

Oswaldo Silva

Universidade dos Açores – CICS.NOVA (osvaldo.dl.silva@uac.pt)

Fernando Diogo

Universidade dos Açores – CICS.NOVA (fernando.ja.diogo@uac.pt)

Situando o problema...

Quando analisamos os processos de escolarização na Região Autónoma dos Açores, na última década, salienta-se o significativo aumento da procura de ensino, por parte das gerações mais jovens, e a progressiva feminização da frequência do ensino pós-obrigatório, ainda que, no contexto do país, os Açores apresentem níveis de escolarização mais baixos no ensino secundário e no ensino superior. Salienta-se, ainda, uma desigual distribuição das possibilidades de sucesso escolar, desenhada em função dos recursos culturais e económicos familiares (Palos, 2008) e uma das mais elevadas taxas de abandono escolar precoce, particularmente expressiva entre os homens (Observatório das Desigualdades). Concomitantemente, a situação de crise económica e financeira que o país atravessa tem provocado que, também em território insular, o desemprego se intensifique, em especial o juvenil. A região sempre conheceu níveis de desemprego relativamente mais baixos do que os observados para o país, mas, a partir de 2008, instalou-se um ciclo de crescimento deste indicador que tem atingido os jovens de forma particularmente intensiva (Palos, 2014).

Ainda que as metamorfoses verificadas no mundo do trabalho estejam a consolidar processos de inserção profissional que tendencialmente se configuram como uma “instalação no provisório como regime de existência” (Castel, 1998, p 422), a retórica que atravessa as atuais políticas educativas continua a sobrevalorizar a dimensão instrumental da escolarização e a pressupor que o problema do emprego é um problema de desadequação das qualificações escolares às necessidades do mundo do trabalho.

Tendo por base este cenário, pretendemos refletir nesta comunicação em que medida é que os percursos profissionais dos jovens açorianos se configuram de forma diferenciada em função dos seus perfis de escolarização.

Pode a educação contornar dificuldades de emprego?

Uma das premissas fundamentais que atravessa os discursos sociais e políticos sobre a educação coloca na escola finalidades de preparação e qualificação dos indivíduos para o desempenho de funções no mundo do trabalho.

Ainda que a época que vivemos veja configurar-se, como pano de fundo, um desencanto associado à procura de ensino, concomitante com a proliferação de sinais que tornam centrais processos produtivos mais flexíveis e desagregados requeridos pelas novas tecnologias de produção, as respostas dos sistemas educativos/formativos revigoram uma conceção claramente performativa da educação entendida como importante fator de adaptação à evolução da economia e do emprego. Neste contexto, a formação escolar é perspectivada como recurso para contornar dificuldades de inserção profissional, ainda que dados atuais demonstrem que, em Portugal, o diploma escolar parece não proteger os mais jovens da precariedade (Oliveira & Carvalho, 2010) e que entre os licenciados são cada vez mais perceptíveis sinais que evidenciam uma “desvalorização real dos diplomas” (Ramos, Parente e Santos, 2014, p. 398).

A sedimentação desta conceção performativa da educação radica, em parte, no “estereótipo (...) segundo o qual a educação é condição necessária e suficiente de mudança e de progresso” (Pinto, 1994, p 171), estereótipo este que reenvia para a crença otimista que sobre a educação a teoria do capital humano projetou.

De facto, esta teoria acentua que a educação é um investimento produtivo, tanto a nível macro como microeconómico. A contribuição da aposta na educação, para as sociedades, passaria pelo aumento de investimento nesta, por forma não só a aumentar a produtividade do trabalho e assim contribuir para o crescimento económico, mas também para reduzir as desigualdades económicas, em virtude da relação direta e positiva que se postula entre a educação, a produtividade e as remunerações salariais (Becker, 1993).

A teoria do capital humano permite compreender o “otimismo” que, na década de 60, associa o crescimento económico ao investimento

em educação e a uma propalada diminuição das desigualdades sociais, sinalizada por percursos sociais marcados pela mobilidade ascendente, na decorrência do acesso à escola de camadas sociais que até então tinham sido afastadas do universo escolar.

No entanto, o que os dados empíricos sistematizados e analisados nas últimas décadas pela investigação sociológica demonstram é que a escola não só não resolve a questão das desigualdades sociais, como ainda as promove e transmuta em desigualdades escolares marcando as trajetórias sociais de muitos jovens (Bourdieu e Passeron, 1970; Boudon, 1979; Dubet, 1996). Como refere A. M. Diogo (2010), “as desigualdades de resultados e de trajetórias escolares, em função de factores sociais, é, aliás, um dos resultados mais consistentes da sociologia da educação” (p. 426).

Mas, também o próprio modelo de desenvolvimento económico acaba por apresentar os seus limites. O conjunto de perturbações resultantes dos choques petrolíferos, nos anos 70 do século XX (Rodrigues, 1987), transformaram-se, nos anos 80, em sintomas de uma “crise” duradoura e estrutural, mercê das repercussões da revolução tecnológica sobre o mundo do trabalho, onde os ganhos de produtividade permitem crescimentos exponenciais da riqueza produzida com o recurso a uma mão de obra cada vez mais reduzida. A modernização da economia apresenta custos sociais cada vez mais elevados: o desemprego instala-se em todos os setores da atividade económica, enquanto fenómeno persistente e seletivo (afetando particularmente os jovens e as mulheres) e as contratações de trabalhadores tendem a ser realizadas sob formas instáveis.

As comparações internacionais, no âmbito dos países da OCDE, continuam a demonstrar que o recurso a formas de trabalho atípicas — emprego a tempo parcial, emprego realizado com recurso a contratos temporários ou autoemprego — apresenta variabilidades consoante os países e as profissões, mas o caráter seletivo destas formas de trabalho é evidente: afeta sobretudo as mulheres (40%) e os jovens, pois metade dos trabalhadores temporários têm menos de 30 anos (OCDE, 2015).

Os sistemas educativos não ficam imunes a estas alterações, registando-se uma acentuada desvalorização dos diplomas, num cenário em que a proliferação de qualificações escolares se conjuga com a crescente raridade de empregos. Mas esta situação, se por um lado conduz os jovens e as famílias a refrearem as suas esperanças sociais em relação à educação e ao valor de troca dos diplomas no mercado de trabalho, por outro parece não os encorajar a uma efetiva diminuição da

procura, provocando mesmo que esta aumente para níveis mais elevados do sistema educativo, num processo que Boudon qualificou de “reação em cadeia” (1979, p. 177).

Não negligenciamos a importância da escolarização na construção de trajetórias profissionais dos jovens, na configuração de formas diversificadas de inserção no mercado de trabalho e nas oportunidades de obterem melhor remuneração material e simbólica (Grácio, 1997), mas questionamos a colonização dos princípios educativos e da missão da escola por esta lógica, na medida em que os problemas de inserção profissional dos jovens têm se ser situados em dinâmicas dos sistemas produtivos onde as opções de organização e de divisão do trabalho, das empresas e dos empregadores, jogam um papel essencial.

Relembramos os trabalhos de Ashton e da sua equipa (Ashton, Maguire & Spilsbury, 1990) que procuraram explorar a estrutura do mercado de trabalho juvenil observando em que medida as estratégias dos empregadores agem sobre as práticas de gestão da mão de obra e como é que estas práticas influenciam o modo de acesso dos jovens ao mercado de trabalho e as suas perspetivas profissionais ulteriores. Um inquérito centrado sobre as políticas patronais de recrutamento e de formação de jovens, à saída da escola, revelou a diversidade de oportunidades profissionais oferecidas segundo os mercados locais de trabalho, demonstrando o papel da idade, do sexo e da qualificação como instrumentos de segmentação da mão de obra.

Ainda que não considerando especificamente o caso dos jovens, Dubernet (1998) dá conta de algumas conclusões do seu estudo de caso sobre as práticas de recrutamento das empresas privadas, tornando central que os procedimentos de recrutamento são não apenas momentos determinantes de acesso ao trabalho mas igualmente “um momento em que se ditam os princípios da discriminação social no emprego” (p. 3). A autora acentua a importância das representações que os empregadores constroem acerca dos assalariados, considerando que as descrições por eles enunciadas acerca de um determinado “perfil” traduzem um conjunto de apreciações que não respeitam, apenas, à competência técnica do indivíduo, ou o diploma de que os indivíduos são detentores.

O que interessa notar na investigação da autora é que os empregadores manifestam certas reticências em considerar o diploma como elemento decisivo do recrutamento. Assim, se no caso do recrutamento de operários o diploma escolar não tem significação, no caso de quadros

superiores ele tende a ser considerado, não como prova de aquisição de determinado tipo ou quantidade de conhecimentos, mas como um sistema de avaliação do indivíduo: “todo o diplomado saído das classes superiores que não frequentou um curso escolar de elite torna-se “alguém” com menos qualidades que o seu homólogo saído das classes populares” (p. 9). Portanto, origem social e diploma acabam por ser utilizados como critérios de aferição do valor individual, como a garantia social das qualidades pessoais dos seus portadores.

O que estes estudos demonstram é que, ainda que o diploma escolar possa ser considerado um “filtro”, um “direito de entrada, uma credencial de acesso às posições sociais” (Grácio, 1997, p. 104), ele não constitui um critério utilizado de forma neutral e uniforme pelos empregadores e a relação entre título e posto está longe de ser uma relação puramente técnica.

Trajétórias profissionais ou trajetórias entre empregos?

As complexas transformações que, ao longo das últimas décadas, têm atravessado os mercados de emprego produzem importantes impactos nas relações dos jovens com o trabalho, designadamente fortes clivagens entre as aspirações produzidas por estudos cada vez mais prolongados e as oportunidades de emprego, bem como a dessincronização das fases de vida que produzem o alongamento da juventude, no sentido da clássica formulação de Galland (1984; 1996).

De facto, este autor ajuda-nos a compreender a complexificação que, nas sociedades atuais, baliza a caminhada dos jovens em direção à vida adulta: a ausência de uma ordem contínua entre as diferentes fases que marcam essa caminhada — fim dos estudos, o abandono do domicílio, a inserção no mundo do trabalho, o casamento e a formação de uma família de procriação — tem questionado o princípio da instantaneidade, na passagem da juventude à idade adulta, e o princípio da concordância entre aquelas fases, princípios estes que estavam subjacentes a modelos que, no essencial, reproduziam, social e profissionalmente, heranças parentais. Na medida em que os estudos se alongam, e o início de uma vida profissional é dificultada, os jovens veem-se compelidos a adiar a concretização de projetos de vida e a construção de processos de emancipação familiar.

Em contextos económicos marcados pela proliferação de empregos precários,¹ pela flexibilização das relações laborais e pelo espetro do desemprego, as relações dos jovens com o trabalho complexificam-se e, ao

mesmo tempo que se questiona a centralidade do trabalho na construção das referências identitárias (Gorz, 1997; Bauman, 2007), as investigações dão conta de uma tendencial “dissociação das dimensões do trabalho” e a coexistência de “várias éticas do trabalho” entre os jovens (Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger, 2001, p. 184). Também entre nós algumas investigações (Pais, 1993; 1998; Guerreiro & Abrantes, 2007) têm salientado a heterogeneidade de posturas dos jovens em face do emprego e trabalho e uma pluralidade de formas de vivenciar situações de precariedade laboral e de desemprego, mas que manifestam estreita dependência relativamente à condição sexual, à posição na estrutura social, ao ciclo de vida e aos percursos escolares desses jovens.

Apesar destes constrangimentos estruturais, nas sociedades contemporâneas instala-se a “retórica institucional do projeto” (Dubet e Martuccelli, 1996, p. 246) que coloca no indivíduo a exigência de decidir, definir estratégias, formalizar escolhas, projetar o futuro, em suma, construir a sua biografia, num processo contínuo de individualização (Beck, 2000).

Alguns autores sugerem que se analisem as trajetórias juvenis sob o prisma desta individualização dos processos de inserção profissional e que estes sejam analisados como processos de navegação que, em face da imprevisibilidade e do risco presentes nas formações sociais, requerem capacidade de negociação na construção reflexiva de processos de inserção (Furlong, Cartmel, Biggart, Sweeting & West, 2003; Hardgrove, McDowell & Rootham, 2015) e exigem que os jovens façam “uso “ativo” de sua agência individual para inventar novos caminhos, criar novos estilos de vida, compor novas identidades” (Pais, Cairns, & Pappámikail, 2005, p. 113). Neste sentido a individualização também pode ser conotada com uma singularização biográfica, dado que as especificidades das experiências sociais dos jovens tendem a transformar as suas trajetórias em processos dificilmente mimetizáveis (Furlong, Cartmel, & Biggart, 2006).

Têm sido salientados os efeitos perversos desta normatividade, pois esta ênfase na individualização coloca o jovem como o “gerenciador solitário do seu próprio percurso” (Guimarães, 2004) e transforma os “vencidos” em “autores” dos seus próprios fracassos (Dubet e Martuccelli

1 Alguns autores propõem que a precariedade de uma situação laboral seja aferida em função do tipo, duração e continuidade do contrato de trabalho, o rendimento associado e o acesso a formas de proteção social (Eckert & Mora, 2008).

(1996, p. 246). Por outro lado, e mercê da progressiva regressão das funções sociais do Estado, o apoio e suporte familiares são vitais para os jovens no enfrentamento da instabilidade laboral crescente e os recursos sociais e económicos familiares definem e estruturam as possibilidades ou os constrangimentos presentes nas trajetórias de vida dos jovens (Pappámikail, 2004; Hardgrove, McDowell & Rootham, 2015).

Deste ponto de vista, e ainda que reconhecendo que as possibilidades de ação dos jovens não são mero reflexo de “prescrições e normatividades” presentes nessas estruturas sociais (Pais, 1999, p.69), não podemos negligenciar o seu peso na configuração do campo de oportunidades e possibilidades de ação dos jovens.

Os recursos económicos e sociais familiares condicionam as possibilidades de obtenção de títulos escolares, mais ou menos longos, e a construção de estratégias de acercamento ao mercado de trabalho.

Para os jovens provenientes de meios socioeconómicos mais favorecidos, não só os recursos económicos permitirão prolongar estatutos de dependência relativamente às famílias de origem, como ainda estes suportes familiares se podem revelar fundamentais na construção de uma moratória que lhes permita colocar, pelo menos temporariamente, em suspenso a inserção profissional e sustentar uma “procura mais selectiva de emprego” (Pais, 1999, p. 63). Para os jovens oriundos de meios familiares mais desfavorecidos, não só as famílias dificilmente suportarão os custos associados ao prolongamento da sua escolaridade, como a ausência desse enquadramento familiar os coage a inserirem-se profissionalmente “a qualquer custo” e a troco de baixos salários, instabilidade laboral, ausência de proteção social, entre outros.

Ainda que reconheçamos que o espetro do desemprego é hoje uma realidade que toca a generalidade dos jovens e por períodos cada vez mais prolongados, percebemos que os jovens enquadrados em famílias com mais recursos podem contar com uma rede de apoio para contornarem, não só as dificuldades inerentes à situação de desemprego, como ainda para adotarem “estratégias defensivas” de “refúgio no prolongamento das trajetórias escolares” (Pais, Cairns e Pappámikail, 2005, p. 119).

Mas os impactos da instabilidade, e da intensa mobilidade laboral a que os jovens estão sujeitos nas sociedades atuais, não têm sido uniformemente apreciados. Para Rose (1996) as dificuldades de acesso ao emprego, e a mobilidade laboral crescente, têm implicações complexas dado que tendencialmente se estão a instituir com um “novo modo de socialização”, cujo carácter problemático advém do facto de a instabilidade

profissional não permitir a “construção de uma competência reconhecida” (p. 71), tanto mais se a essa mobilidade estiverem adstritos conteúdos funcionais do trabalho muito diferenciados, situações de precariedade e a ausência de possibilidade de promoção e valorização profissional. Mas nem sempre a mobilidade tem um cunho desqualificante ou é obstrutora da “construção de uma carreira”, podendo significar, para os jovens, “liberdade e diversidade de experiências” (Guerreiro & Abrantes, 2007, p. 81) e possibilitar o contacto com diferentes contextos profissionais e equipas de trabalho, permitindo assim desenvolver e aperfeiçoar competências, designadamente as relacionais, requeridas hoje para enfrentar as transformações que as novas tecnologias têm produzido nos processos de trabalho.

Trajelórias profissionais e perfis de escolarização: processos de análise dos dados

Os resultados que aqui apresentamos foram obtidos, através de questionário, junto de 1047 jovens açorianos e respeitam à relação destes com a escolarização e com o mundo do trabalho. Este trabalho enquadra-se num projeto de investigação desenvolvido no âmbito do Observatório da Juventude dos Açores.

A metodologia utilizada na construção da amostra foi a de estratificação por quotas, tendo-se controlado as variáveis idade, sexo, habilitações literárias, estado civil e situação na profissão. Também se respeitou, grosso modo, a proporção de cada ilha no total regional pelo que, embora sem rigor estatístico, a ilha acabou por funcionar como uma quota adicional.

No sentido de apreender perfis específicos de inserção profissional desenhados em função de percursos de escolarização, recorremos à utilização de vários métodos estatísticos, nomeadamente a regressão categorial (regressão logística, regressão multinomial e a regressão ordinal), a análise classificatória hierárquica e a análise de correspondências (simples e múltipla) e a análise de componentes principais categóricas. É através das análises de correspondências simples (ACS) e múltiplas (ACM) que se estabelecem os perfis de inserção profissional, possibilitando a caracterização dos diferentes percursos profissionais dos jovens açorianos que atualmente trabalham ou já experienciaram, ao longo do seu trajeto de vida, processos de inserção profissional.

Quadro 44.1 Contribuições das variáveis em cada uma das dimensões

Variáveis	Dimensão 1		Dimensão 2	
	Discriminação	Contribuição	Discriminação	Contribuição
Razões inatividade	1.424	25,7%	0.143	4,8%
Idade início atividade profissional	0.144	2,6%	0.299	9,9%
Nº trabalhadores da empresa	1.540	27,8%	0.146	4,9%
Nº horas trabalho por semana	0.146	2,6%	0.063	2,1%
Situação perante emprego	0.118	2,1%	0.059	2,0%
Tipo rendimento	1.568	28,3%	0.115	3,8%
Sector de atividade empresa	0.145	2,6%	0.286	9,5%
Promoção no emprego	0.147	2,6%	0.060	2,0%
Qualificação do rendimento	0.092	1,7%	0.212	7,1%
Escolaridade jovem	0.109	2,0%	0.859	28,5%
Idade abandono escolar	0.013	0,2%	0.648	21,5%
Nº de vezes que reprovou	0.089	1,6%	0.119	3,9%
Inércia	0.461		0.251	

Se bem que a maioria dos estudos sobre os jovens considerem o intervalo dos 15-24 anos, no âmbito deste trabalho optámos por incluir os jovens-adultos (25-34 anos) em virtude do tendencial alongamento da escolaridade.

Com o intuito de estudar as associações entre as categorias das diversas variáveis qualitativas nominais, e das variáveis que foram recodificadas em qualitativas nominais, foi utilizada a Análise em Correspondências Múltiplas (ACM). De forma a resumir a informação presente nas variáveis originais, usou-se uma ACM com o método de normalização da simetria. Utilizou-se como critério de retenção das dimensões a regra do valor próprio superior a 1. A visualização das representações gráficas permite identificar as associações que se estabelecem entre as categorias das variáveis em análise, com o objetivo de averiguar a existência (ou não) de grupos relativamente homogêneos.

A ACM foi utilizada com o objetivo de identificar perfis relativos aos percursos profissionais dos jovens açorianos, tendo por base as coordenadas dos indivíduos nas duas primeiras dimensões.

Como podemos ver no quadro 44.1 as variáveis “tipo de rendimento”, “número de trabalhadores na empresa” e “razões da inatividade” são as que discriminam mais na dimensão 1. Associados a estas variáveis estão, ainda com uma contribuição relativamente relevante, as variáveis “promoção no emprego” (2,6%), “número de horas trabalho por semana” (3,8%) e “situação perante o emprego” (2,1%).

Quadro 44.2 Quantificação das categorias das variáveis nas dimensões 1 e 2

Dimensão	Variáveis	Quantificações negativas	Quantificações positivas
1	Nº trabalhadores empresa	10 a 49	50 e mais
	Nº horas trabalho semana	20 a 35 h	
	Situação perante emprego	Termo certo	
	Tipo rendimento	trabalho	Sem rendimentos
	Promoção no trabalho	Sim	
2	Idade início atividade profissional	24 anos	Menos 16 anos
	Qualificação do rendimento	Muito bom e bom	Muito insuficiente
	Sector de atividade	Transportes e serviços	Pescas e agricultura
	Escolaridade jovem	Ensino superior	1º ciclo ou menos
	Nº de vezes que reprovou	Uma vez	2 ou mais vezes
	Idade abandono escolar	Mais de 24 anos	Menos 15 anos

A escolaridade do jovem é uma variável fundamental para a definição da dimensão 2, com uma contribuição de 28,5%, ao qual se associa a idade de abandono escolar (21,5%) e, já com menor importância, a idade de início de uma atividade profissional (9,9 %).

Enquanto a primeira dimensão é estruturada fundamentalmente pelas variáveis relacionados com a atividade profissional, que interligámos com algumas variáveis sociodemográficas (idade, estado civil e sexo), na segunda dimensão encontramos variáveis referentes ao percurso escolar e às repercussões deste na inserção profissional. As duas dimensões extraídas explicam 71,2% da variância total. A dimensão 1 explica 46,1% da variância total enquanto a dimensão 2 explica 25,1% da variância total. A consistência interna de cada uma das dimensões é medida com o alfa de Cronbach. Ao nível da consistência interna as dimensões apresentam valores relativamente elevados, respetivamente 0,894 na dimensão 1 (alfa de Cronbach=0,894) e 0,728 na dimensão 2 (alfa de Cronbach=0,728).

O quadro 44.2 apresenta as quantificações das categorias das variáveis utilizadas.

A primeira dimensão expressa uma clara separação entre os jovens que têm rendimentos provenientes do trabalho e os que não auferem qualquer tipo de rendimento. Na dimensão 2 fazemos intervir a escolaridade do jovem, daqui resultando uma diferenciação entre os jovens que detêm qualificações escolares elevadas (ensino superior) e muito baixas (inferior a 1º ciclo do ensino básico), a que se associam, de forma lógica, idades diferentes de abandono da escolaridade. Os jovens que

abandonam a escola precocemente iniciam, também precocemente, uma atividade profissional, por oposição aos seus congéneres diplomados do ensino superior. O diploma escolar marca a diferença na forma como os inquiridos qualificam os rendimentos que auferem ou o setor de atividade em que se inserem. Os dados também evidenciam que o insucesso escolar é um fenómeno que afeta todos jovens, independentemente das habilitações literárias que detêm, ainda que sejam os jovens escolarmente mais desqualificados os que reincidentem na repetência escolar.

A diversidade de trajetórias profissionais dos jovens açorianos

Quando olhamos a situação dos jovens açorianos na sua relação com o mercado de trabalho salientam-se alguns aspetos relevantes: i) elevadas taxas de desemprego juvenil, especialmente a partir de 2008;² ii) acréscimos significativos, a partir de 2010, dos jovens que não estão em qualquer atividade nos sistemas de educação/formação e também não estão empregados³ (Torres, S. & Lima, F., 2014); iii) decréscimo das taxas de emprego juvenil, entre 2008 e 2012, no conjunto do emprego assalariado (Palos, 2014); iv) o assalariamento dos jovens ocorre, preferencialmente, em setores pouco exigentes em termos da qualificação escolar da mão de obra e onde se configuram percursos profissionais precários e instáveis, sinalizados também pela elevada rotatividade laboral (Palos, 2014); v) a precariedade laboral suscita situações de pobreza (Diogo, 2007) pois nos Açores muitos dos pobres trabalham em situações precárias.

A configuração de trajetórias profissionais de jovens, desenhadas em função da escolarização, tem sido abordada em Portugal, quer tornando central os percursos profissionais de jovens pouco escolarizados que, num contexto de incremento de flexibilização profissional, são sujeitos a inserções precárias e desqualificantes (Guerreiro, Cantante & Barroso, 2009), quer os de jovens detentores de diplomas do ensino superior, cuja situação parece configurar percursos profissionais estáveis e bem remunerados (Ramos, Parente e Santos, 2014), apesar

2 Tomando por referência o 4º trimestre de 2014, verificamos que a taxa de desemprego no grupo de idade 15-24 atinge os 46% e no grupo de idades 25-34 anos 17,8% (Secretaria Regional de Estatística dos Açores — SREA).

3 Em 2010 este valor situava-se nos 17% e em 2014 aumenta para 24% (INE).

Quadro 44.3 Clusters das trajetórias profissionais dos jovens

Variáveis e indicadores		Cluster 1 N =400 38,2%	Cluster 2 N =319 30,5%	Cluster 3 N =234 22,3%	Cluster 4 N =94 9%
Sexo	masculino	72	43	48,9	47,7
	feminino	28	57	51,1	52,3
Idade	15-19 anos	16,9	5,5	10,3	43,5
	20-24 anos	27,2	29,1	37,2	44,4
	25-29 anos	23,1	32,5	26,9	9,7
	30-34 anos	32,8	32,9	25,6	2,4
Escolaridade	1º ciclo ou inferior	31,1	0	30	0
	2º ciclo	68,8	0,1	47,5	18
	3º ciclo	0,1	31,5	17,5	25
	ensino Secundário	0	39,7	5	32
	ensino Superior	0	28,7	0	25
Número de reprovações	0 reprovações	17,8	33,7	25	53,1
	1 reprovação	38,7	48,9	27,5	23,4
	2 ou mais reprovações	43,5	17,4	47,5	23,4
Idade de abandono	<15 anos	67,5	0,3	41,8	0
	15-17 anos	32,4	16,2	41,8	0,5
	18-24 anos	0,1	73,9	13,4	77,9
	>24 anos	0	9,6	3	21,6
Idade de início de atividade	<16	41,5	2,8	31,6	7,8
	16-17	28,8	14,3	26,6	37
	18-24	18,3	75,7	38	45,2
	25 e +	11,4	7,1	3,8	10
Setor de atividade	agricultura e pescas	36,3	1,5	0	8,9
	transporte e serviços	13,1	54,4	0	36,6
	comercio e restauração	20,9	25,7	33,3	30,3
	industria	5	5,5	0	38,6
	construção civil	22,4	4,5	33,3	13,5
	outro	2,3	8,5	33,3	5,5
Número de trabalhadores da empresa onde trabalha	menos de 10 trabalhadores	85,2	5	0	7,8
	10- 50 trabalhadores	11,4	58,9	0	39
	mais de 50 trabalhadores	3,3	36	0	53,2
Situação perante o emprego	outra situação precária	40	16,9	8	60
	termo certo	25	37,2	68	40
	contrato permanente	35	45,9	24	0
Número de horas trabalho semana	menos de 20 horas	10,5	2,3	2,1	
	20 a 35 horas	47,7	36	19,9	
	mais de 35 horas	41,6	61,7	77	
Promoções laborais	sim	10,5	76,4	29,1	
	não	89,5	23,6	70,9	
Tipo de rendimento	sem rendimento	1,7	1,2	51,3	97,6
	trabalho	94,5	95,2	0	0
	outra situação	3,8	3,6	48,8	2,4
Qualificação do rendimento	muito insuficiente	48,4	3	44,1	0
	insuficiente	32,4	5	50	50
	suficiente	15,6	15,9	2,9	40
	bom	3,6	25,4	2,9	10
	muito bom	0	29,8	2,9	0
Razões da inatividade	estuda (estágio)	10	20	8,5	77
	desemprego	45	60	70,4	17,7
	outra	45	20	21,1	5,3

Trajelórias de exclusão (Cluster 1)

Este grupo, que representa 38,2% do total de jovens, é composto maioritariamente por rapazes (72%) na sua quase totalidade (99,9%) com uma escolaridade igual ou inferior ao 2º ciclo do ensino básico. Mais de metade dos jovens aqui incluídos (67,5%) abandonaram a escola antes dos 15 anos para se inserirem no mercado de trabalho, pois 94,5% dos jovens aqui presentes declaram que os seus rendimentos são provenientes do trabalho. Exercem a atividade em empresas de reduzida dimensão (85,2% trabalham em empresas com menos de 10 trabalhadores) e, sem surpresas, as atividades laborais são exercidas preferencialmente na agricultura e pescas, construção e comércio e restauração que são, tradicionalmente, os setores com piores indicadores de relação salarial: instabilidade contratual, remunerações muito baixas, ausência de direitos e de garantias de proteção social. De notar que são poucos os jovens (35%) que referem ter um contrato de trabalho permanente.

A avaliar pela forma como estes jovens qualificam o seu rendimento (80,4% referem que estes são insuficientes ou muito insuficientes) viverão em situações de pobreza e de exclusão social. Mas os obstáculos à afirmação dos seus direitos sociais derivam também do facto de muitos deles se terem inserido no mercado de trabalho antes dos 16 anos (41,5%), isto é antes da idade legal para trabalhar.

Frequentemente, esta inserção profissional precoce e desqualificada dos jovens aparece justificada como alternativa ao fraco desempenho escolar (82,2% destes jovens reprovaram) e assume a forma de participação do jovem em sistemas de entreaajuda familiar, pois não é de negligenciar a necessidade da contribuição do trabalho remunerado do menor para a sobrevivência do grupo doméstico.

Não obstante o facto de em Portugal, nas últimas décadas, as situações de trabalho ilícito de menores terem vindo a diminuir — segundo a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) — continuamos a confrontar-nos com situações em que os menores exercem atividades profissionais, gratificadas ou não, o que evidencia a persistência de traços tradicionais na sociedade açoriana. O exercício de uma atividade laboral tem implicações perniciosas no desenvolvimento e na qualidade de vida das crianças, pois para além de poder perigar a sua segurança e saúde, o trabalho infantil contribui, certamente, para diminuir os tempos livres e de estudo, bem como as oportunidades de convívio com os pares. Algumas situações de incumprimento da escolaridade obrigatória têm

sido sinalizadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) como consequência de uma inserção precoce, e desqualificada, dos mais jovens em atividades económicas.

Trajetórias de inserção estável (Cluster 2)

As características dos jovens inseridos neste cluster enquadram-se numa das trajetórias-tipo de que falávamos anteriormente e que corresponde, grosso modo, ao “ideal tipo do modelo de relação salarial fordista” (Ramos, Parente e Santos, 2014, p. 394). Este grupo (que representa 30,5% do total de jovens indagados) congrega os jovens mais escolarizados: 39,75% concluíram o ensino secundário e 28,7% são graduados pelo ensino superior. Estes jovens, sendo os mais escolarizados são os que mais tempo permanecem na escola, pois 73,9% abandonam a escola entre os 18-24 anos, idades com que iniciam uma atividade profissional (75,7%).

É um grupo onde verificamos uma ligeira predominância das raparigas (57%). Estes jovens encontram-se relativamente bem integrados no mercado de trabalho, ocupando funções bem remuneradas (25,4%) ou muito bem remuneradas (29,8%). Exercem maioritariamente funções no setor dos transportes e serviços, em horário semanal completo de mais de 35 horas (61,7%) e a maioria (76,4%) declara já ter sido promovido.

No entanto, se tivermos em conta a situação contratual destes jovens percebemos que a instabilidade também é uma tônica dominante, dado que 54,1% dos jovens que aqui figuram desempenham o seu trabalho com contratos precários (a termo ou “outra situação precária”, provavelmente com “recibo verde”).

No conjunto dos jovens inquiridos este é o único grupo que apresenta uma trajetória mais próxima da linearidade entre a escolarização e a inserção no mercado de trabalho, o que, se tivermos em conta a representatividade desta amostra, nos demonstra que, no contexto da juventude açoriana, apenas 3 em cada 10 jovens são protagonistas de trajetórias marcadas pela transição, mais rápida e com menos sobressaltos, da escola para um mercado de trabalho.

Trajetórias de dupla exclusão (Cluster 3)

Os jovens enquadrados neste grupo (que representa 22,3% da amostra) são jovens que abandonam a escola antes, ou no limiar, do

cumprimento da escolaridade básica de 9 anos. De facto, 83,6% interrompem as suas trajetórias escolares antes dos 17 anos, pelo que, na sua quase totalidade (95%), apenas frequentam a escola até ao 3º ciclo do ensino básico. Muito provavelmente, este abandono escolar não será estranho ao facto de experimentarem dificuldades de integração no universo escolar, sinalizadas por processos de reprovação escolar, pois 75% destes jovens já reprovaram e, destes, 47,5% incidem na repetência.

Mas não é só a exclusão escolar que os caracteriza; o facto de 70,4% dos jovens inseridos neste grupo se encontrarem na situação de desempregados configura um processo de dupla exclusão. A sua situação perante o emprego justifica que muitos destes jovens não afirmem qualquer rendimento⁴ (53,3%) e os restantes sejam beneficiários de prestações sociais (48,8%), o que legitima que qualifiquem os seus rendimentos como muito insuficientes (44,15) ou insuficientes (50%).

Ainda que a situação atual declarada seja a de desempregado, muitos destes jovens já trabalharam em setores de atividade ligados à construção civil (33,3%) e comércio e restauração (33,3%) com contratos de trabalho a termo (68%).

Dado este perfil sociográfico, poderemos estar na presença de jovens desempregados de longa duração e com probabilidades muito reduzidas de regressarem ao mundo do trabalho, num contexto de crise dos setores de atividade onde se inseriam.

Perspetivando a problemática do desemprego de longa duração Wuhl (1996) enfatiza a sua estigmatização social, assinalando que as possibilidades de permanecer no desemprego crescem de forma exponencial em função da duração do mesmo, transformando uma parte significativa do desemprego de transição profissional em desemprego de “exclusão” (p. 508).

Neste grupo de jovens, em particular, combinam-se as três grandes “fontes de reprodução de desigualdades e de situações de pobreza e exclusão social” (Guerreiro, Cantante & Barroso, 2009, pag.12) que são o abandono precoce do sistema de ensino e formação,⁵ a escassez de estruturas e oportunidades de educação/formação de adultos e o desemprego.

4 O que dá conta de uma tendência observada a nível nacional e que é o aumento do desemprego desprotegido (Observatório das Desigualdades).

5 Definido pelo EUROSTAT como a percentagem da população com idade entre os 18-24 anos que concluiu, no máximo, a escolaridade básica e não está a estudar ou a receber formação.

Trajétórias suspensas (Cluster 4)

Este grupo, ainda que tenha reduzida expressão numérica (9% dos jovens) tem relevância sociológica, pois é composto por jovens que se encontram a realizar estágios não remunerados em empresas de reduzida dimensão. Neste grupo, a maioria dos jovens tem entre 15 e 24 anos e a composição sexual é equilibrada: 47,7% são rapazes e 52,3% raparigas.

Pelo facto de aqui figurarem jovens com diferentes habilitações literárias somos conduzidos a concluir que estamos na presença de situações muito diferenciadas.

Para os 25% dos jovens que neste grupo detêm como habilitações o ensino superior, estaremos a falar de estágios que são concetualizados como formas de promover uma aproximação a contextos profissionais e facilitar uma integração profissional futura. No plano imediato, estes estágios não criam nem garantem emprego porque a maioria dos estagiários acaba por não se ligar contratualmente à organização e, dessa forma, prolongam-se situações de precariedade e instabilidade, sendo os jovens compelidos a adiarem a concretização de projetos de vida (daí a designação adotada para este grupo).

Boyer, no prefácio à obra de Rose (1984), refere que estas inserções profissionais acabam por “institucionalizar” formas precárias de relação com o emprego, a pretexto de prepararem uma mão de obra adaptada às necessidades do mercado e de reduzirem o desemprego. Por outro lado, e como denuncia Rose, dificilmente esta experiência laboral cumprirá o objetivo para o qual foi desenhada, designadamente a pretensão de adaptar os jovens às mudanças das formas de trabalho, pelo facto de tomar por referência um momento muito específico dos processos organizacionais e porque, diremos nós, frequentemente estes jovens são utilizados para desenvolverem tarefas parcelares, burocráticas e rotineiras nas organizações, que não lhes permitem desenvolver competências transversais relevantes e, essas sim, passíveis de serem transferidas para outros contextos organizacionais.

Mas neste grupo também figuram 43% de jovens que estão a frequentar os 2º e 3º ciclos de escolaridade, o que nos leva a pressupor que se trata de jovens inseridos em programas de formação-inserção que alternam momentos de formação em contexto escolar e em contexto laboral. Estes programas de inserção são direcionados a jovens com percursos escolares de insucesso, e que estão em risco de abandonar a escola antes de concluírem o ensino básico, e inserem-se nos processos

de diversificação de ofertas formativas criadas na região para debelarem as elevadas taxas de insucesso escolar no ensino básico e obstarem à desistência e abandono da escolaridade, que comprometem a democratização da educação e os direitos sociais dos jovens.

Em jeito de conclusão...

Consideramos que os dados apresentados demonstram que a escolarização pode permitir, a alguns jovens, construir trajetórias profissionais estáveis mas, em termos coletivos, verificamos que a heterogeneidade de carreiras escolares cria clivagens profundas no interior da própria condição juvenil, designadamente porque as vantagens que os jovens mais qualificados retiram do diploma parecem acentuar e aprofundar as desvantagens dos menos qualificados (Dubet, Duru-Bellat e Veretout, 2010). Em contextos onde a multiplicação dos diplomas escolares é concomitante com a sua desvalorização, os jovens mais diplomados encontram-se mais protegidos dos riscos de desclassificação social, do que os seus congéneres menos qualificados, e os dados aqui apresentados permitem salientar que, dada a comprovada precariedade laboral, muitos jovens açorianos encontram-se na “fronteira entre inserção e exclusão social” (Guerreiro & Abrantes, 2007, p. 29).

Tendo em conta a análise tipológica delineada foi possível configurar quatro trajetórias profissionais desenhadas em função de perfis de escolarização. Evidenciam-se as situações de instabilidade, precariedade e de exclusão que afetam a larga maioria destes jovens (69,5%). Apenas um pequeno grupo, mais escolarizado, protagoniza trajetórias de relativa estabilidade, ou antes de “estabilidade na precariedade”, dado que ainda que apresentem situações profissionais mais vantajosas, comparativamente com os seus pares mais desqualificados, percebemos que também estes jovens sentem o efeito de estratégias de flexibilização, por via da instabilidade contratual.

Referências bibliográficas

- Ashton, D. N., Maguire, M. J. & Spilsbury, M. (1990), *Re-Structuring the Labour Market: the Implications for Youth*, London, Macmillan.
- Bauman, Z. (2007), *Tempos Líquidos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- Beck, U. (2000), “A reinvenção da política. Rumo a uma teoria da modernização reflexiva”, in Ulrich Beck; Anthony Giddens; Scott Lash, *Modernização Reflexiva*, Oeiras, Celta Editora.

- Becker, G. S. (1993), *Human Capital. A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education* (3ª Edição), Chicago, The University of Chicago Press.
- Boudon, R. (1979), *L'inégalité des Chances. La Mobilité Sociale dans les Sociétés Industrielle* (3ª edição), Paris, Éditions Pluriel.
- Bourdieu, P. & Passeron, J.-C. (1970), *La Reproduction*, Paris, Éditions Minuit.
- Castel, R. (1998), *Les Métamorphoses de la Question Sociale — Une Chronique du Saliariat*, Paris, Éditions Fayard.
- Diogo, A. M. (2010), “Estratégias de famílias e escolas”, *Sociologia, Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, XX, pp. 425-442.
- Diogo, F. (2007), *Pobreza, Trabalho, Identidade*, Oeiras, Celta.
- Dubernat, A.-C. (1998), “La sélection des qualités dans L'embauche. Une mise en scène de la valeur sociale”, *Formation Emploi*, 54, pp. 3-14.
- Dubet F., Duru-Bellat. M., & Veretout, A. (2010), *Les Sociétés et Leur École: Emprise du Diplôme et Cohésion Sociale*, Paris, Seuil.
- Dubet, F. & Martuccelli, D. (1996), *A L'école. Sociologie de L'expérience Scolaire*, Paris, Éditions du Seuil.
- Dubet, F. (1996), “L'exclusion scolaire: quelles solutions?”, in S. Paugam (Dir.), *L'exclusion, L'état des Savoirs*, Paris, Éditions La Découverte, pp. 497-505.
- Eckert, H. & Mora, V. (2008), “Formes temporelles de l'incertitude et sécurisation des trajectoires dans l'insertion professionnelle des jeunes”, *Travail et Emploi*, 113, pp. 31-46.
- Furlong, A., Cartmel, F. & Biggart, A. (2006) “Choice biographies” and transitional linearity: Re-conceptualising modern youth transitions’, *Papers, Revista de Sociologia*, no. 79 pp.225-239.
- Furlong, A., Cartmel, F., Biggart, A. Sweeting, H., & West, P. (2003), *Youth transitions: patterns of vulnerability and processes of social inclusion*, Edinburgh, Scottish Executive Social Research.
- Galland, O. (1984), “Précarité et entrées dans la vie”, *Revue Française de Sociologie*, XXIV, pp. 46-66.
- Galland, O. (1996), “L'entrée dans la vie adulte en France. Bilan et perspectives sociologiques”, *Sociologies et Sociétés*, XXVIII (1), pp. 37-46.
- Gorz, A. (1997), *Misères du présent, richesse du possible*. Paris, Galilée.
- Grácio, S. (1997), *Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais*, Lisboa, EDUCA.
- Guerreiro, M. das D., Cantante, F., & Barroso, M. (2009), *Trajectórias Escolares e Profissionais de Jovens com Baixas Qualificações*, Relatório Final, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Guerreiro, M.D. & Abrantes, P. (2007), *Transições Incertas: os Jovens Perante o Trabalho e a Família*, Lisboa, CITE.
- Guimarães, N.A. (2006), “Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais”, A. A. Camarano (Org.) *Transição para Vida Adulta ou a Vida Adulta em Transição*, Rio de Janeiro, IPEA.
- Hardgrove, A., McDowell, L. & Rootham, E. (2015), “Precarious lives,

- precarious labour: family support and young men's transitions to work in the UK", *Journal of Youth Studies*, 3, pp. 1-20.
- Nicole-Drancourt, C. & Roulleau-Berger, L. (2001), *Les Jeunes et le Travail, 1950-2000*, Paris, PUF.
- OECD (2015), *In it together: Why less inequality benefits all*, Paris, OECD Publishing.
- Oliveira, L. & Carvalho, H. (2010), *Regulação e Mercado de Trabalho. Portugal e a Europa*. Lisboa, Edições Sílabo.
- Pais, J. M. (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda.
- Pais, J. M. (1998), "Da escola ao trabalho: o que mudou nos últimos 10 anos?", in M. V. Cabral & J. M. Pais (Org.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Lisboa, Celta Editora, pp. 189-214.
- Pais, J. M. (1999), "Comportamentos dos adolescentes de hoje", in M. Pinto, J. C. Tedesco, J. M. Pais & A. P. Relvas, *As Pessoas Que Moram nos Alunos — Ser Jovem, Hoje, na Escola Portuguesa*, Lisboa, Edições ASA, pp. 49-73.
- Pais, J.M., Cairns, D., & Pappámikail, L. (2005), "Jovens europeus: retrato da diversidade", *Tempo Social*, 17 (2), pp. 109-140.
- Palos, A. C. (2008), "A escolarização nos Açores: entre a massificação escolar e os limites da edificação da escola de massas", *Arquipélago: Ciências da Educação*, nº 9, pp. 61-87.
- Palos, A. C. (2014), "“Mais educação mas menos trabalho”: os jovens e a fragilização das relações laborais", in Melo, B. P., Diogo, A. M., Ferreira, M., Lopes, J. T. & Gomes, E. E., (Orgs), *Entre crise e Euforia: Práticas e Políticas Educativas no Brasil e em Portugal*, Porto, Universidade do Porto, pp.497-518).
- Pappámikail, L. (2004), "Relações intergeracionais, apoio familiar e transições juvenis para a vida adulta em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 91-116.
- Pinto, J. M. (1994), *Propostas para o ensino das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Ramos, M.; Parente, C. & Santos, M. (2014), "Os licenciados em Portugal: uma tipificação de perfis de inserção profissional", in *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, 40 (2), pp. 383-400.
- Rodrigues, M. J. (1987), "Sob o signo da crise: o contributo da teoria da regulação para as problemáticas do desenvolvimento", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 3, pp. 127-148.
- Rose, J. (1984), *En Quête D'emploi. Formation, Chômage, Emploi*, Paris, Económica.
- Rose, J. (1996), "L'organisation des transitions professionnelles entre socialisation, mobilisation et recomposition des rapports de travail et d'Emploi", *Sociologie du Travail*, 1, pp. 63-79.
- Torres, S. & Lima, F. (2014), "6. Tema em análise: Dinâmica e caracterização dos jovens não empregados que não estão em educação ou formação (NEEF) em Portugal", in *INE, Estatísticas do Emprego — 3º trimestre de 2014*, Lisboa, INE, pp. 35-47.
- Wuhl, S. (1996), "Politiques de l'emploi et politiques d'insertion: quelques perspectives", in S. Paugam (Dir.), *L'Exclusion, L'État des Savoirs*, Paris, Éditions La Découverte, pp. 507-518.